

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano IV - Nº 663 - Brasília, quarta-feira, 1º de abril de 1998



A presidente do Conselho Nacional do programa Comunidade Solidária, Ruth Cardoso, disse ontem que tem procurado estabelecer um "espaço de diálogo" entre o Estado e a sociedade civil. Ela participou da abertura da Teleconferência sobre Estratégias de Obtenção de Recursos Federais (foto), juntamente com o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. Página 4

Congresso Nacional deve votar hoje 18 medidas provisórias

O líder do governo, senador José Roberto Arruda, classificou de "imperativa" a aprovação das MPs, que tratam de temas ligados aos servidores públicos e não poderão ser reeditadas após a promulgação da reforma administrativa



O Congresso, que ontem à noite aprovou créditos suplementares, volta a se reunir hoje à tarde

O Congresso Nacional deve apreciar hoje à tarde 18 medidas provisórias que tratam de salários e contribuições de servidores públicos, planos de carreira e extinção de órgãos públicos. Essas medidas não poderão ser reeditadas após a promulgação da emenda constitucional da reforma administrativa, já aprovada em dois turnos pela Câmara e pelo Senado. Por isso, a

aprovação das MPs foi classificada ontem como "imperativa" pelo líder do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda. Em sessão realizada ontem à noite, o Congresso aprovou projetos de créditos suplementares no valor total de R\$ 124 milhões para a Agência Nacional de Petróleo. Os projetos serão enviados à sanção presidencial. Página 5

CCJ discute imunidade

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) reúne-se pela manhã para discutir quatro emendas à Constituição destinadas a limitar a imunidade de deputados e senadores. Página 3

Plenário decidiu enviar à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, para nova análise, projeto de lei que diminui valores cobrados das emissoras

Taxa de fiscalização será reexaminada

O Plenário decidiu ontem enviar à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), para nova análise, o projeto de lei que diminui os valores da taxa de fiscalização para instalação de emissoras de rádio e televisão. O requerimento foi apresentado pelos líderes dos partidos que apoiam o governo.

No ano passado, a Lei Geral de Telecomunicações aumentou a taxa de fiscalização em até 12.000%. O deputado Maluly Netto apresentou projeto, aprovado pela Câmara, estabelecendo o maior reajuste em 3.000% e o menor em 200%, de acordo com a potência da emissora. No Senado, a proposta foi analisada pelas Comissões de Serviços de Infra-Estrutura e de Constituição, Justiça e Cidadania.

Na CI, o relator, senador Odacir Soares (PTB-RO), apresentou



Plenário aprovou requerimento de líderes para novo exame do projeto

um substitutivo que corta ainda mais os valores das taxas. Já o relator da matéria na CCJ, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), apresentou parecer favorável ao projeto que veio da Câmara.

Odacir Soares comunicou ao plenário que um juiz de São Paulo concedeu liminar, em mandado de segurança interposto pela Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e de Televisão, permitindo que as emissoras paguem agora apenas o valor da taxa anterior à Lei Geral de Telecomunicações. A diferença entre o valor antigo e o novo deverá ser depositada em 30 dias. Até lá, conforme o senador, o Congresso deverá aprovar os novos valores.

ciação Brasileira de Emissoras de Rádio e de Televisão, permitindo que as emissoras paguem agora apenas o valor da taxa anterior à Lei Geral de Telecomunicações. A diferença entre o valor antigo e o novo deverá ser depositada em 30 dias. Até lá, conforme o senador, o Congresso deverá aprovar os novos valores.

Renovada concessão para quatro emissoras

O Senado renovou ontem, por mais dez anos, a autorização para o funcionamento de mais quatro emissoras de rádio dos estados de São Paulo e Tocantins. Foram beneficiadas a Rádio Tropical de Itapeverica da Serra, na cidade do mesmo nome (SP), a Rádio Brasil Sociedade, de

Valinhos (SP), a Rádio Brasil, de Adamantina (SP), e a Rede Tocantins de Comunicação, de Porto Nacional (TO).

As renovações receberam pareceres favoráveis, na Comissão de Educação, dos senadores João França (PFL-RR), Romeu Tuma (PFL-SP) e João Rocha (PFL-TO).

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) se absteve de votar na Comissão, como em outras matérias de renovação de rádio.

O plenário aprovou ainda a indicação, feita pelo presidente da República, do diplomata José Viegas Filho para o posto de embaixador no Peru.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

10h - Despacho interno

12h - Mário Villares, presidente da Seção Brasileira do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos e membros da Seção Americana do Conselho

14h30 - Presidência conjunta do Congresso Nacional

PLENÁRIO

14h30h - Sessão Conjunta do Congresso Nacional

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *MP nº 1.606-18/98, que dispõe sobre a extinção de cargos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional; *MP nº 1.609-11/98, que dispõe sobre o reajuste do salário mínimo; *MP nº 1.619-42/98, que dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros da empresa; *MP nº 1.628-21/98, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito extraordinário até o limite de R\$ 106.000.000,00; *MP nº 1.642-41/98, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos ministérios; *MP nº 1.645/98, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Planejamento e Orçamento, crédito extraordinário no valor de R\$ 4.400.000,00; *MP nº 1.639-39/98, que dispõe sobre o pagamento dos militares e dos servidores públicos do Poder Executivo Federal, inclusive autarquias e fundações, bem como dos empregados das empresas públicas e das sociedades de economia mista; e *MP nº 1.646-47/98, que dispõe sobre as alíquotas de contribuição para o Plano de Seguridade Social do servidor público civil dos Poderes da União, das autarquias e das fundações públicas

COMISSÕES

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: *PEC nº 2/95, que retira a exigência constitucional de o parlamentar somente poder ser processado com prévia licença de sua Casa (tramitando em conjunto com as PECs nºs 3/95 e 10/97); e *PEC nº 18/97, que amplia a competência do tribunal do júri para julgar todos os crimes dolosos contra a vida. Sala 3 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLC nº 18/95, que regulamenta o exercício profissional do histotecnologista; *PLS nº 301/95, que cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais dos Técnicos Agrícolas e Industriais; *PLS nº 240/96, que dispõe sobre a negociação coletiva de direitos previstos na CLT; e *PLS nº 212/97, que dispõe sobre o benefício previdenciário complementar às vítimas e aos dependentes dos motoristas profissionais de veículos automotores de carga ou passageiros, vítimas por ações tipificadas como crimes. Sala 9 - Ala Senador Alexandre Costa

17h - Comissão de Assuntos Sociais (reunião extraordinária)

Pauta: Audiência pública para instrução do substitutivo da Câmara ao *PLS nº 93/93, que regulamenta o setor de planos e seguros de saúde. Convidados: Dr. Roberto Cury, Associação Brasileira de Serviços de Assistência à Saúde Própria e Empresas - ABRASP; Dr. Mário César Scheffer, Conselho Nacional de Saúde; Dr. Waldir Paiva Mesquita, presidente do Conselho Federal de Medicina; Dr. Antônio Celso Nacof, presidente da Associação Médica Brasileira; e Dr. Euripedes B. Carvalho, presidente da Federação Nacional dos Médicos. Sala 3 - Ala Senador Alexandre Costa

Lobão quer mais prazo para liberar preço do álcool

O senador Edison Lobão (PFL-MA) condenou a liberação dos preços do álcool hidratado e da cana-de-açúcar, marcada para o dia 1º de maio, que pode levar o setor da agroindústria sucroalcooleira "à extinção". Em discurso, ontem, o senador pediu a ampliação do prazo de 12 meses para liberação dos preços - definido por portaria ministerial - para 36 meses, a exemplo do que acontece com os derivados do petróleo.

Nesse mercado, afirmou Lobão, sete companhias distribuidoras têm o poder de fixar o preço da sua conveniência. "Muitas das nossas usinas, que já vendem o álcool por preço inferior ao seu custo, não resistirão às pressões", declarou em plenário.

Uma das preocupações de Lobão é que o desemprego atinja o setor. Segundo ele, a indústria da cana emprega 5 milhões de pessoas, representando cerca de 17% do Produto Interno Bruto agrícola.

Lobão, que faz parte da Frente Parlamentar Sucroalcooleira, defende a retomada do Proálcool, lembrando que até o presidente



Lobão vê prejuízo para o setor

da Agência Nacional do Petróleo, David Zylbernsztajn, admite a importância do Programa.

Outra alternativa apontada por Lobão para o setor é a mistura de 10% de álcool aditivado ao diesel, o que demandaria uma produção de mais 8 bilhões de litros do combustível. Além disso, a medida diminuiria em até 25% a emissão de partículas poluentes.

Código do Consumidor na TV

As alterações recentes do Código de Defesa do Consumidor serão debatidas hoje, na TV Senado, pelo deputado federal Celso Russomano (PPB-SP) e pela diretora do Procon/DF Lene Santiago.

O deputado e a diretora do Procon são favoráveis a mudanças no código, que está em vigor há sete anos.

O debate será transmitido às 8h e às 13h15.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúcio Coelho

Joel de Holanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211 Fax: (061) 311-3137 - Brasília - DF

www.senado.gov.br

O relator da matéria, senador José Fogaça, apresentou substitutivo às propostas dos senadores Ronaldo Cunha Lima, Pedro Simon e Ney Suassuna

CCJ discute emendas que limitam imunidade



José Fogaça é o relator

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) reúne-se hoje para discutir quatro propostas de emenda à Constituição que pretendem limitar a imunidade parlamentar ou acabar com o foro privilegiado a que têm direito determinadas autoridades. As propostas são de autoria dos senadores Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), Pedro Simon (PMDB-RS) e Ney Suassuna (PMDB-RS). O senador José Fogaça (PMDB-RS), relator das matérias, apresentou parecer favorável, nos termos de substitutivo.

O texto constitucional em vigor estabelece que os deputados e senadores são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos, e que, desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável, nem processados criminalmente sem prévia licença de sua Casa. Ainda segundo a Constituição, o indeferimento do pedido de licença ou a ausência de delibera-

ção suspende a prescrição enquanto durar o mandato.

A atual Constituição estabelece também que, no caso de flagrante de crime inafiançável, os autos serão remetidos, dentro de 24 horas, à Casa respectiva, para que, pelo voto secreto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão e autorize, ou não, a formação de culpa. O texto constitucional dispõe ainda que os deputados e senadores serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.



RONALDO

Julgamento autorizado pela Casa

A proposta de Ronaldo Cunha Lima propõe o seguinte texto: "Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável, sem prévia licença de sua Casa. Nos crimes comuns o processo será instaurado independente de licença prévia até a conclusão da instrução criminal, quando os autos serão remetidos à Casa respectiva para autorizar o julgamento, podendo o acusado renunciar à imunidade." O senador quer ainda estabelecer que a ausência de deliberação sobre o pedido de licença por prazo superior a 120 dias do recebimento implica deferimento da solicitação.

Ronaldo Cunha Lima sustenta que a pretensão da emenda "é admitir uma mudança na concepção normativa vigente sem olvidar o princípio assegurado ao longo da história das instituições parlamentares".

- De um lado atende-se aos mais recentes apelos da sociedade organizada, e de outro mantém-se a estabilidade orgânica dos Poderes constituídos - acrescenta.



SUASSUNA

Mudanças na competência para julgar

Já o senador Ney Suassuna quer alterar a Constituição nos dispositivos relativos à competência para o julgamento de autoridades. Pela proposta, o prefeito será julgado nos crimes de responsabilidade perante a Câmara Municipal e nos crimes comuns perante o Tribunal de Justiça; o presidente da República, o vice-presidente, os membros do Congresso, os próprios ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e o procurador-geral da República continuarão a ser julgados nos crimes comuns pelo STF, que continuará a julgar também, nos crimes comuns, os ministros de Estado, os membros dos Tribunais Superiores e dos Tribunais de Contas e os chefes de missão diplomática de caráter permanente, mas sempre ressalvada a competência do tribunal do júri para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.

A emenda de Suassuna estabelece que os governadores não mais serão julgados pelo Superior Tribunal de Justiça

(STJ), mas sim perante a Câmara Legislativa, nos crimes de responsabilidade, e perante o Tribunal de Justiça, nos crimes comuns, ressalvadas a competência da Justiça Eleitoral e igualmente a do júri para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.

Na justificativa da proposta, Suassuna afirma que ela "estabelece na História brasileira o princípio universal da igualdade de julgamento para crimes da mesma natureza, independente da situação do acusado".

IGUALDADE

Júri popular para crimes contra a vida

Uma outra emenda do senador Ronaldo Cunha Lima que também será discutida nesta quarta-feira explícita, no dispositivo que confere ao júri a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida, que essa competência existe "independentemente de quaisquer privilégios ou prerrogativas de outro foro".

Ao justificar sua proposta, o senador paraibano destaca que está atendendo a uma preocupação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), e afirma que "as circunstâncias que as sociedades modernas nos colocam reclamam medidas que enobrecem o princípio da igualdade, de forma que os cidadãos sejam igualmente reconhecidos em seus deveres".

- É a pregação da isonomia em sua mais sentida acepção, isto é, do tratamento igual para situações iguais ou, numa interpretação liberal, é a aplicação aos fatos de uma mesma regra - acrescenta Ronaldo Cunha Lima.



Agripino: intercâmbio

Criado grupo parlamentar Brasil-Espanha

Com o objetivo de promover a troca de experiência parlamentar entre os dois países, foi criado ontem pelo plenário o Grupo Parlamentar Brasil-Espanha. A proposta de resolução foi apresentada pelo senador José Agripino (PFL-RN).

Em sua justificativa, Agripino sustenta que Brasil e Espanha, democracias modernas e com interesses mútuos em turismo, agricultura irrigada e indústria, devem se aproximar também na área parlamentar. Ele lembra que a Espanha é atualmente um dos maiores investidores no Brasil.



Cabral abrirá a mostra

Exposição conta história de Israel

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM), presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Israel, e o embaixador Yacov Keinan vão abrir a exposição "Israel - do sonho à realidade", amanhã, às 18h, no Salão Negro do Congresso. O evento comemora o cinquentenário da independência de Israel.

A mostra, que vai até o dia 9, é composta por 51 painéis sobre a História e a atualidade de Israel, e retrata o desenvolvimento do país durante esses 50 anos.

Na abertura, está programado um recital com o Quarteto de Brasília, que irá apresentar obras de Tzvi Avni e Edward Grieg.

SIMON

Processo sem necessidade de licença

A emenda de Pedro Simon estabelece que os deputados e senadores são invioláveis no exercício do mandato por suas opiniões, palavras e votos. E suprime a parte que impede que os parlamentares sejam processados criminalmente sem prévia licença de sua Casa. Simon quer ainda transformar o dispositivo relativo à hipótese de flagrante inafiançável, para prever apenas que "os autos serão remetidos, dentro de 24 horas, à Câmara respectiva, para que resolva sobre a prisão".

Na justificativa da emenda, Pedro Simon afirma que é preciso sanear as instituições parlamentares, "que não podem ser tomadas de assalto por infratores da legislação penal, cujo único e exclusivo objetivo é se subtraírem, com o privilégio das imunidades parlamentares, à ação da justiça criminal".

TELECONFERÊNCIA



A presidente da Comunidade Solidária, dona Ruth Cardoso, e o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, abrem a teleconferência, assistida em todo o Brasil

Comunidade Solidária explica sua atuação

Prefeituras devem buscar contato direto

As prefeituras interessadas em incluir seu município em programas com a participação da Comunidade Solidária devem procurar diretamente as secretarias estaduais das áreas envolvidas. A recomendação foi feita ontem pela secretária executiva da Comunidade, Anna Maria Peliano, durante a 3ª Teleconferência sobre Estratégias de Obtenção de Recursos Federais.

Peliano afirmou que a secretária executiva, responsável pelo relacionamento direto com os órgãos governamentais executivos dos programas, adotou uma estratégia nova em administração pública, descentralizada, que foge da sistemática corrente de criar uma estrutura burocrática específica, com recursos próprios, para cada programa em execução.

COMOTERACESSO

As prefeituras devem identificar os programas que lhes interessam nos ministérios que fazem parceria com o Comunidade Solidária - Educação, Saúde, Planejamento, Trabalho e Agricultura - e procurar as secretarias estaduais ou representações dessas pastas para apresentar seus pleitos.

A secretária executiva da Comunidade comentou que alguns programas estão ainda restritos "aos 1.368 municípios mais pobres, com maior dificuldade de acesso ao governo federal", como o de Transporte Escolar, voltado especialmente para as áreas rurais. Peliano disse que, daquele total, 1.228 municípios receberam recursos com esse fim no ano passado e os demais receberão este ano.

O Comunidade Solidária tem procurado "estabelecer um espaço de diálogo" entre o Estado, em todos os seus níveis, e a sociedade civil, buscando e estimulando parcerias para viabilizar a ação social, segundo definiu a presidente do Conselho Nacional do programa, Ruth Cardoso, em sua participação ontem na 3ª Teleconferência sobre Estratégias de Obtenção de Recursos Federais, organizada pelo Instituto Legislativo Brasileiro, do Senado.

A antropóloga defendeu a simplificação de procedimentos e da legislação complexa, que, na sua opinião, dificulta que os integrantes da sociedade civil se relacionem com o governo. O Comunidade tem uma maneira de atuar diferente do convencional, especialmente na avaliação da eficácia dos projetos: "Os critérios burocráticos de avaliação não são os mais eficientes; é preciso contro-

lar o produto final porque o verdadeiro critério é avaliar se o objetivo foi atingido."

Ruth Cardoso explicou que, ao conselho, cabe reforçar a relação dos diferentes níveis de governo com a sociedade civil, oferecendo a esta instrumentos como os centros de trabalho voluntário. Ela destacou três programas, todos voltados para jovens que, segundo afirmou, "precisam de apoio porque estão enfrentando problemas muito graves e têm merecido atenção menor".

O Alfabetização Solidária, parceria do Ministério de Educação com empresas privadas, é executado em municípios rurais, "onde a taxa de analfabetismo - mais de 60% em quase 40 municípios brasileiros - é escandalosa", comentou. Já o Capacitação Solidária é financiado exclusivamente por recursos privados e tem como propósito a formação

profissional de jovens das capitais com vistas ao mercado de trabalho. A seleção dos projetos, apresentados por organizações não-governamentais, é feita por meio de concurso.

O conselho busca os recursos junto a entidades do setor privado, avalia e monitora sua execução. Finalmente, o Universidade Solidária reúne estabelecimentos de ensino superior que se filiam para enviar estudantes aos municípios que se inscreverem no programa, com o propósito de trabalhar junto a lideranças de áreas como saúde e educação.

A essência do Comunidade Solidária está na parceria, enfatizou Ruth Cardoso. "O trabalho conjunto entre os diferentes níveis de governo e a parceria com a sociedade civil é fundamental e é ela que vai garantir a eficácia da utilização dos recursos públicos", afirmou.

Especialistas ensinam como obter verbas

Os consultores de Orçamento do Senado Federal, Hipólito Gadelha Remígio e Ilvo Debus, em palestras na 3ª Teleconferência, promovida ontem à tarde pelo Instituto Legislativo Brasileiro, explicaram as formas de os municípios receberem recursos federais das ações desenvolvidas pelo Programa Comunidade Solidária e responderam a perguntas dos telespectadores, que assistiam ao vivo ao evento, via Embratel.

"O Programa Comunidade Solidária não é um ministério ou organismo público, nem ao menos tem dotação orçamentária, é apenas uma forma de administrar - disse Hipólito Remígio, logo no início de sua palestra.

Para engajar os diversos setores da sociedade em torno de ações de combate à pobreza e à miséria, segundo Remígio, o Comunidade Solidária trabalha como coordenador na melhoria de gestões e programas governamentais e articula entre diferentes níveis de governo.

"O objetivo deste esforço é evitar a burocracia paralela, centralizar decisões e combater superposições de ações e a pulverização de recursos públicos - comentou.

Por sua vez, Ilvo Debus enumerou as iniciativas que integram a agenda básica do Comunidade Solidária em cinco ministérios. "É através destes programas que o Comunidade Solidária procura diminuir os índices de miséria e exclusão social no Brasil", observou.

ACM elogia atuação de Ruth e pede ampliação do programa

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, sugeriu ontem a ampliação do Programa Comunidade Solidária, e elogiou, em especial, o trabalho que vem sendo desenvolvido pela presidente do Conselho Nacional da entidade, dona Ruth Cardoso.

"Ela é uma notável primeira-dama, e tem ido muito além do necessário para cumprir bem este papel, trabalhando para ser útil ao país, com muita eficiência, e revelando qualidades de administradora e de personalidade de alto caráter,

que vieram adicionar-se à sua já conhecida tarimba como antropóloga, merecedora da admiração de todos no país e no exterior.

O senador fez os elogios ao abrir, na tarde de ontem, a 3ª Teleconferência sobre Estratégias de Obtenção de Recursos Federais. Antonio Carlos sugeriu que fosse estudada ampliação do Comunidade Solidária, diante dos bons resultados alcançados pelo programa.

O presidente do Senado explicou que o objetivo das teleconferências é informar sobre

a existência de fórmula "democrática, correta e decente" para o acesso às verbas federais, sem utilização de intermediários, de forma que não faltar aos prefeitos esclarecimentos sobre como conseguir o dinheiro necessário aos municípios, sem ter que pagar a ninguém por isso.

"É preciso esclarecer sobre a forma de acesso às verbas públicas, pois quando há intermediação, ela acaba maculando iniciativas como o Programa Comunidade Solidária - disse.

Em sessão realizada ontem à noite, foi aprovada a liberação de créditos suplementares para a Agência Nacional de Petróleo, o Ministério da Justiça e a Companhia Hidrelétrica do São Francisco

Congresso prevê para hoje votação de MPs

O Congresso Nacional aprovou ontem à noite a liberação de créditos suplementares para a Agência Nacional de Petróleo (ANP), no valor total de R\$ 124.689.393,00. Um acordo de lideranças transferiu para hoje, às 14h30, a discussão e votação de medidas provisórias indispensáveis à promulgação da reforma administrativa.

Os parlamentares aprovaram um requerimento de inversão de pauta apresentado pelo líder do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), dando prioridade a 18 MPs que dispõem sobre planos de carrei-

ra de estatais, reestruturação de empresas a serem privatizadas, criação de gratificações e extinção de órgãos e cargos. Algumas delas vêm sendo reeditadas desde 1995.

Também foram aprovados créditos suplementares de R\$ 126,7 milhões para a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), e de R\$ 54.926.158,00 para o Ministério da Justiça, destinados às penitenciárias de São Paulo.

Ainda foi aprovado um projeto de lei de iniciativa do Executivo tornando mais flexível a Lei nº 9473/97, que "dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei

orçamentária de 1998". Segundo exposição de motivos do então ministro Antônio Kandir, do Planejamento, havia dificuldades quanto à possibilidade dos detentores do crédito alterarem a classificação orçamentária relativa às modalidades de aplicação, de forma que qualquer ajuste necessário exigiria que fosse encaminhado um projeto de lei ao Poder Legislativo para cada caso. Pelo projeto, será possível alterar a classificação orçamentária através de atos administrativos.

Os projetos aprovados vão à sanção do presidente da República.

Arruda nega derrota e garante aprovação

O líder do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), negou que o governo tivesse sido derrotado na sessão de ontem à noite, por não haver obtido a aprovação das 18 medidas provisórias consideradas indispensáveis à promulgação da reforma administrativa. "Sopa quente se come pelas beiradas; na sessão de hoje (ontem) conseguimos a aprovação de quatro autorizações de créditos suplementares e de uma modificação na Lei de Diretrizes Or-

çamentárias (LDO). Já ganhamos o dia. Amanhã (hoje) vamos aprovar as MPs", disse.

Para Arruda, a oposição prejudica a votação das MPs não por ser contrária à sua essência, mas por uma questão de princípio. "Os partidos de oposição fizeram da reedição sistemática das MPs uma bandeira. Para mantê-la, precisam impedir que as medidas sejam aprovadas no Congresso e o governo se veja obrigado a reeditá-las", afirmou.

No caso das 18 MPs, que tratam de salários e contribuições de servidores públicos, planos de carreira e extinção de órgãos públicos, é imperativo que sejam aprovadas, porque não poderão ser reeditadas depois da promulgação da reforma administrativa. A Constituição proíbe que sejam editadas MPs sobre assuntos que foram objeto de emenda constitucional, como é o caso da reforma administrativa - explicou.



Comissão de Assuntos Sociais ouviu os diversos segmentos interessados

CAS promoveu debate sobre planos de saúde

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), promoveu no início da noite de ontem audiência pública com representantes do governo, de entidades de defesa do consumidor, dos planos de saúde e de empresas de medicina de grupo para discutir o projeto de regulamentação do setor. A audiência foi requerida pelo senador Sebastião Rocha (PDT-AP), relator do substitutivo da Câmara dos Deputados a um projeto de lei do Senado que trata do assunto. Hoje, às 17h, haverá nova audiência pública.

Sebastião Rocha acredita ser difícil um acordo que conjugue os diversos interesses envolvidos. Ele vai convidar o novo ministro

da Saúde, José Serra, a apresentar a posição do governo a respeito da matéria, principalmente com relação ao ponto que propõe a desoneração do Sistema Único de Saúde, através de recursos oriundos dos planos.

As entidades de defesa do consumidor se posicionaram a favor do relatório do senador e contra o substitutivo da Câmara. Segundo a representante do Instituto de Defesa do Consumidor, Lynn Silver, a proposta daquela Casa não foi concebida para garantir a assistência à saúde. Ela citou, como exemplo, os artigos que aumentam os preços cobrados aos usuários de faixa etária mais elevada e eliminam a cobertura a doenças pre-existentes.



Embaixador Coutinho, ao lado do senador Romeu Tuma, fala à comissão

CRE aprova indicações de novos embaixadores

Em reunião realizada no início da noite de ontem, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovou os nomes dos diplomatas Carlos Luiz Coutinho Perez e Gilberto Vergne Saboia para assumirem representações brasileiras no exterior. Os dois nomes serão submetidos agora ao plenário, que deliberará em sessão secreta sobre as duas indicações.

Ministro de primeira classe do quadro permanente da carreira de diplomata, Carlos Luiz Couti-

nho Perez, se aprovado pelo plenário, assumirá o cargo de embaixador do Brasil junto ao Reino da Dinamarca e, cumulativamente, junto à República da Lituânia.

Gilberto Vergne Saboia, também ministro de primeira classe, exercerá o cargo de embaixador junto ao Reino da Suécia e, cumulativamente, junto à República da Letônia. Os relatores dessas matérias foram, respectivamente, os senadores Casildo Maldaner (PMDB-SC) e José Agripino (PFL-RN).

Simon pede que governo fortaleça o Pronaf

Com a questão do desemprego no centro dos debates nacionais, o presidente da República poderia fortalecer decididamente o Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf) e teria uma resposta imediata em termos de mais produção, renda e emprego, disse ontem o senador Pedro Simon (PMDB-RS).

O governo criou o Pronaf, mas este não pode ser um programa "de mentrinha" - enfatizou.

O senador baseou-se em dados de pesquisa realizada pela FAO, segundo a qual a agricultura familiar exige pequeno investimento por emprego gerado, em média 9 hectares para cada nova ocupação e R\$ 10 mil por família. Conforme Simon, a atividade caracteriza-se pela gestão intimamente relacionada ao trabalho, ênfase na diversificação produtiva de alimentos, na manutenção e durabilidade dos recursos naturais e da qualidade de vida e no uso de insumos internos.

CULTURA AO MEIO-DIA

1000
1998

Verba será destinada à compra, na Alemanha, de dois navios-patrolha de 200 toneladas cada e à aquisição de peças sobressalentes

CAE aprova financiamento para reaparelhar Marinha

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem parecer favorável a solicitação do governo federal para contratar financiamento externo de US\$ 51,32 milhões destinado à compra, pela Marinha do Brasil, de dois navios-patrolha alemães de 200 toneladas cada um, mais peças sobressalentes. O crédito atende ao Programa de Reaparelhamento da Marinha. A matéria será submetida agora ao plenário do Senado.

Os navios-patrolha serão fabricados pelo estaleiro Peene Werft GmbH, situado na cidade de Wolgast, na Alemanha. Cada um custará US\$ 15,8 milhões, incluindo o primeiro lote de peças sobressalentes. O restante do dinheiro será utilizado na compra de outros lotes de peças, a serem fornecidos pela Motoren und Turbinen Union GmbH e pela Siemens AG, ambas alemãs.

Pela proposta aprovada - o único voto contrário foi do senador



A contratação de financiamento externo só teve um voto contrário na comissão

Lauro Campos (PT-DF) - US\$ 10,26 milhões serão pagos à vista, e o restante saldado em 10 parcelas semestrais. O financiamento será concedido pelo estaleiro. O relatório do senador Espíndio Amin (PPB-SC), que não pôde comparecer à sessão da comissão, foi lido pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

A proposta chegou a ser retirada de pauta pelo presidente em exercício da comissão, senador

Fernando Bezerra (PMDB-RN), depois que o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) afirmou não haver na mensagem do Poder Executivo o detalhamento das compras da Marinha. O presidente da CAE suspendeu a votação para que as informações fossem solicitadas à Marinha. Foi quando o senador Jefferson Péres (PSDB-AM) informou que o contrato fora anexado à documentação, e o projeto de resolução voltou a discussão.

Programa espacial terá empréstimo de banco francês

Solicitação do governo federal para realizar um empréstimo de US\$ 7,013 milhões junto ao Banque Nationale de Paris, destinado ao financiamento parcial do Programa de Banco de Testes para Desenvolvimento de Propulsores de Satélites teve ontem parecer favorável aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. O parecer do relator, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), foi aprovado com voto contrário do senador Lauro Campos (PT-DF) e será agora apreciado pelo plenário.

Segundo o relator, o programa "visa à implantação de infra-estrutura à pesquisa e ao desenvolvimento de sistemas de controle de satélites, mediante a fabricação, integração, montagem, testes e qualificação de um banco de ensaios e propulsores de satélites com simulação de altitude, que permitirá o controle e a manobra de correção dos satélites". O programa é gerenciado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, e o financiamen-



Arruda: parecer favorável

to será feito em nome da República Federativa do Brasil.

Lauro Campos encaminhou voto contrário por considerar que muitos países perderam sua soberania por contraírem empréstimos externos para financiamento da área de Ciência e Tecnologia.

Outros dois pedidos de autorização entraram em pauta ontem na CAE, mas sua votação foi suspensa por pedidos de vistas dos senadores. José Eduardo Dutra (PT-SE) quer analisar melhor a solicitação do

governo de Sergipe para empréstimo de R\$ 17,34 milhões junto ao Banco do Nordeste, para financiar o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste, com recursos repassados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Ele estranhou que o pedido fosse feito após a veiculação, pela imprensa sergipana, da sobre de R\$ 15 milhões do crédito da Caixa Econômica Federal (CEF) para o Programa de Demissão Voluntária (PFV) do estado, que poderá ser utilizado em obras.

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) pediu vistas do projeto de lei de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que prevê a participação da sociedade na elaboração dos orçamentos do poder público. O projeto teve parecer favorável, com emendas, do relator Eduardo Suplicy (PT-SP). Antes da suspensão da sessão, Simon declarou concordar com todas as emendas propostas por Suplicy, que para ele aprimoram seu projeto.

Romeu Tuma explica a comitiva da Eslováquia funcionamento da CRE

O presidente em exercício da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), senador Romeu Tuma (PFL-SP), recebeu ontem a visita oficial da ministra dos Negócios Estrangeiros da República Eslovaca, Zdenka Kramplová. Esse foi o primeiro contato para a criação de uma frente interparlamentar entre o Brasil e a Eslováquia.

Durante a audiência, realizada no Salão Nobre do Senado, a ministra obteve informações de Tuma sobre o funcionamento da Comissão de Relações Exteriores. O senador explicou como são processadas na comissão as votações das indicações para embaixadores e dos acordos internacionais.

- O entrelaçamento entre o Parlamento e o Executivo tem uma importância vital para a implantação da política de relações exteriores de qualquer país - disse Romeu Tuma.

A comitiva da ministra foi composta pelo diretor-geral de Assuntos Políticos da Eslováquia, Anton Pinter, pelo porta-voz do Mi-

nistério das Relações Exteriores daquela país, Milan Tokár, e pela chefe de gabinete do Ministério, Anna Tureníková. Logo após a



Tuma ressalta relação entre Poderes

audiência com o senador Romeu Tuma, a delegação foi recebida pelo vice-presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, Mathaus Schmidt.

Alcântara anuncia agência reguladora

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) anunciou a criação, pelo governo do Ceará, da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados (Arce), destinada a garantir a continuidade e a qualidade no fornecimento de energia elétrica por parte da empresa que comprar a Companhia de Eletricidade do Estado (Coelce).

Conforme o parlamentar, a agência terá a responsabilidade de fiscalizar o cumprimento do contrato, cabendo-lhe regular as relações entre o poder concedente, o concessionário e o usuário, coibindo desvios no atendimento ao consumidor. Segundo o senador, a Arce atuará de forma independente, pois terá receita própria e seus conselheiros serão investidos nos mandatos, para assim terem total autonomia.

Alcântara informou ainda que a privatização da Coelce está sendo revestida dessa cautela exatamente para evitar o que aconteceu com a Light, no Rio de Janeiro. Ele disse que um dos cuidados do governo do Ceará foi de-

terminar que, no primeiro ano, a empresa privatizada não poderá fazer nenhum reajuste no preço cobrado por seus serviços.

O senador elogiou os cuidados que estão cercando a política de privatização em seu estado, expressando seu desejo de que o leilão da Coelce se realize de acordo com os interesses do povo do Ceará.



Alcântara elogia privatização

Projeto apresentado pelo senador propicia a continuidade dos estudos a alunos de escolas particulares de grau médio ou superior

Tebet propõe uso do FGTS para pagar ensino

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) apresentou ontem projeto que altera a Lei nº 8.036, de 1990, permitindo a utilização do FGTS para pagamento de anuidades do ensino médio e de curso superior. Segundo o senador, com o aumento do desemprego no país agrava-se a situação das famílias que não podem arcar com a escola particular de seus filhos.

Ramez Tebet lamentou o fim da bolsa-escola que beneficiava estudantes carentes do 1º e 2º graus e também de nível superior, destacando que esse benefício se destina, atualmente, apenas à pesquisa. "É fato notório que muitos trabalhadores que estudam em escolas privadas de educação média e superior, pelas suas condições sociais, são obrigados a atrasar os pagamentos das parcelas da anuidade, causando um



Tebet busca solução para anuidades índice de inadimplência gigantesco", observou; por outro lado, quando conseguem manter em dia os pagamentos ou quitar sua dívida com a escola, faltam-lhes recursos para aquisição de material didático e, às vezes, até para a própria alimentação.

O senador disse que seu projeto ataca as causas desses problemas, podendo atenuá-las expres-

sivamente. Além disso, a utilização do FGTS para o pagamento dos estudos de alunos carentes "facilitará a realização do sonho de muitos brasileiros que, sem essa oportunidade, serão obrigados a deixar a escola por falta de recursos financeiros".

Em aparte, Ney Suassuna (PMDB-PB) apoiou o projeto, destacando que o desenvolvimento de qualquer país está ligado ao investimento na educação de seu povo. Pedro Simon (PMDB-RS) também elogiou a proposta. Para ele, apesar da competência e dos esforços do ministro da Educação, Paulo Renato Sousa, o país ainda continua sendo de analfabetos. O senador Edison Lobão (PFL-MA) lamentou o fim do programa que distribuía bolsas de estudo e apoiou a proposta de Tebet.



Ademir acha o governo omissivo

Ademir: FHC passa imagem errada do MST

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) disse ontem que o presidente Fernando Henrique Cardoso está passando uma imagem distorcida do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, com a intenção de criar um distanciamento entre as oposições e a sociedade.

- O presidente, ao dizer que o MST é radical e intransigente, não age para resolver o problema. A ocorrência de conflitos no campo acaba favorecendo sua estratégia eleitoral. FHC quer isolar as oposições, usando para isso a omissão e falta de compromisso com a questão da terra - observou o senador.

Ademir Andrade disse que os partidos de oposição estão unidos em torno da candidatura de Luís Inácio Lula da Silva e saberão reagir ao projeto eleitoral do governo. "Vamos vencer com Lula e sentar com o MST e os produtores rurais para resolver o problema da reforma agrária", afirmou.

Para o senador, é necessário esclarecer a sociedade do que realmente vem ocorrendo nas áreas de conflito. Ele garantiu que o MST tem sido criterioso na escolha de terras, mas a falta de estrutura do Ministério da Reforma Agrária faz com que os processos se arrastem.

Amorim vai pedir revisão das prestações

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) informou ontem haver solicitado à Consultoria Legislativa da Casa dados para propor uma revisão dos reajustes das prestações da casa própria. Para isso, o senador examinará a Medida Provisória nº 1.635, que trata da renovação de dívidas e responsabilidades do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS). Ele criticou as altas taxas de juros cobradas no Sistema Financeiro da Habitação.

- O governo federal socorreu bancos falidos e estados que usaram mal os recursos da habitação, oferecendo dinheiro a juros de 6% a 10% ao ano. No entanto, não tem verba para ajudar mutuários que pagam juros altos e não conseguem quitar seus débitos junto à Caixa Econômica Federal (CEF) - afirmou.

Segundo o senador, muitos trabalhadores estão pagando prestações há 10 ou 15 anos e devem ainda mais que o valor dos imóveis. Ele pretende fazer um levantamento sobre as empresas responsáveis pela construção de imóveis no país, pois desconfia que "muita gente ganhou dinheiro, fez fortunas e grandes empresas enriqueceram às custas dos trabalhadores".

Paralisação das universidades deixa 300 mil estudantes sem aulas, diz Júnia

Lamentando a crise do ensino no Brasil, a senadora Júnia Marise (PDT-MG) abordou ontem a paralisação das universidades brasileiras, informando que isso significará um contingente de cerca de 300 mil estudantes universitários sem aulas. Ela disse que, das 52 instituições de ensino superior do país, 20 já aderiram ao movimento.

Conforme a senadora, os professores universitários reivindicam aumento salarial de 48,65%; rejeição da medida provisória que criou o Programa de Incentivo à Docência; manutenção das vagas

dos docentes que se aposentaram; e abertura de concurso para professores e funcionários.

Júnia disse que, em visita ao sul de Minas, na semana passa-



Júnia lamenta crise do ensino

da, o presidente Fernando Henrique Cardoso viu a manifestação com que estudantes e professores universitários expressaram seu descontentamento diante da falta de investimentos públicos no ensino. A senadora leu mensagem enviada pela Associação dos Professores da Universidade Federal de Lavras (MG), com duras críticas às decisões do governo e denunciando o não cumprimento de sentença judicial favorável a reajuste salarial devido aos professores daquele estabelecimento desde 1993.

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

- 7h - Entrevista com o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) sobre a agroindústria no Centro-Oeste brasileiro
- 8h - "Agenda Econômica" - debate com a participação do deputado federal Celso Russomano (PPB-SP) e a diretora do Procon/DF, Lena Santiago, sobre as mudanças no Código de Defesa do Consumidor
- 9h30 - Entrevista com o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) sobre a agroindústria no Centro-Oeste brasileiro
- 10h - Comissão de Constituição e Justiça - discussão de propostas de emendas constitucionais que tratam da imunidade parlamentar (vivo)
- 13h15 - "Agenda Econômica" - debate com a participação do deputado federal Celso Russomano (PPB-SP) e a diretora do Procon/DF, Lena Santiago, sobre as mudanças no Código de

- Defesa do Consumidor
- 14h30 - Sessão plenária (vivo)
- Logo após: Comissão de Assuntos Sociais - audiência pública para instrução do substitutivo da Câmara que regulamenta o setor de planos e seguros de saúde
- 20h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
- 20h40 - "Senado em Pauta"
- 21h - Sessão plenária (reapresentação)
- 0h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
- 24h40 - "Senado em Pauta"
- 1h - Debate com a participação da cineasta Betse de Paula e o secretário de Audiovisual do Ministério da Cultura, Moacir de Oliveira, sobre os incentivos ao cinema brasileiro
- 2h - "Jornal da Amazônia"
- 2h15 - "Senado em Pauta"
- 2h30 - Especiais
- 6h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

6h40 - "Senado em Pauta"

Obs.: Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala Cidadão".

RÁDIO SENADO

- 7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
- 10h - Comissão de Constituição e Justiça
- 13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
- 14h15 - "Plenário em Revista"
- 14h30 - Sessão plenária
- 17h - Comissão de Assuntos Sociais
- 19h - "A Voz do Brasil"
- 22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
- 24h - Retransmissão da sessão plenária
- 3h - Música e informação até às 7h30

Senador defende liberdade do presidente da República para fazer as escolhas e nega existência de lista de nomes do PFL para eventual aproveitamento na equipe de governo

ACM rejeita vetos na reforma ministerial

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, manifestou-se ontem contrário às ações políticas visando vetar nomes colocados como alternativas para a reforma ministerial que o presidente Fernando Henrique Cardoso está realizando. "Ninguém deve vetar nomes, pois é uma atitude antipática com o presidente da República, que deve ter liberdade para escolher sua equipe."



ACM: livre vontade do presidente

Antonio Carlos também não acha viável a possibilidade de que as mudanças no ministério, determinadas pela desincompatibilização de ministros que estarão concorrendo nas eleições de outubro próximo, ajudem o governo a compor soluções para conflitos estaduais, entre os partidos que compõem sua base de sustentação parlamentar no Congresso. De um lado, explicou o senador, porque apenas o presidente poderia tomar tal iniciativa. "e ele não parece

ter essa intenção". De outro, "porque para fazer isso seria preciso criar mais ministérios", acrescentou.

LISTA DE NOMES

O senador Antonio Carlos Magalhães não acredita que exista uma lista de nomes indicados pelo PFL para eventual aproveitamento no ministério, reafirmando a "liberdade de escolha que o presidente da República deve ter". Ele confia, contudo, no aproveitamento de quadros do

seu partido, "eventualmente alguém do Senado, mas por livre escolha e vontade do presidente".

Ele admitiu, por outro lado, que o partido tem "visões diferentes" em relação à reforma ministerial. A pasta da Articulação Política, na ótica de alguns líderes peefelistas, é importante e interessante. Antonio Carlos não vê maiores problemas em sua extinção, "se for a vontade do presidente". Na sua avaliação, "são apenas oito meses de trabalho e a Articulação Política, em plena campanha eleitoral, não pode ser feita por quem chegar hoje".

O presidente do Senado continua acreditando que o ministério que surgir da atual reforma será provisório. "Acho que será assim, entendo que será assim e o presidente também. O que não impede que alguém que faça um grande sucesso, em tão pouco tempo, possa ser mantido", destacou Antonio Carlos.

Saad elogia Iris em seu retorno

A trajetória política do ministro Iris Rezende, que retorna hoje ao Senado, depois de ocupar o Ministério da Justiça, foi destacada ontem, em plenário, pelo senador José Saad (PMDB-GO). Ele citou os diversos momentos da vida de Iris Rezende, desde estudante, "quando começava a trilhar uma carreira política luminosa", até os dias atuais, quando se prepara para concorrer mais uma vez ao governo do estado de Goiás. Saad destacou "a independência demonstrada por ele durante o regime militar, que provocou a cassação de seus direitos políticos por dez anos".

Saad elogiou o perfil de administrador do ex-governador goiano, que qualifica como "grande tocador de obras do estado". Para o senador, o destino reserva a Iris



Saad citou liderança de Iris

ser o condutor do povo goiano.

- A unanimidade em torno de seu nome constitui um fenômeno. Cabe a mim, como representante do povo goiano, manifestar o apreço e o respeito de nossos conterrâneos, com a certeza que a maioria absoluta o acompanhará nesta nova jornada - afirmou José Saad.

PDT do Acre indica nome para disputar governo

O deputado estadual Waldez Góes foi escolhido, no último fim de semana, pelo diretório do PDT no Acre, para concorrer ao governo do estado, em candidatura a ser oficializada em junho, registrou ontem o senador Sebastião Rocha (PDT-AP). A Executiva Nacional e as lideranças partidárias na Câmara e no Senado, presentes à eleição, ratificaram que o PDT estadual "tem autonomia para indicar candidatura própria ao governo", assegurou o senador.

Sebastião Rocha também disse estar na expectativa de que o presidente da República e o ministro do Exército cheguem a uma solução definitiva para o caso Ricardo Fayal, sub-diretor de Saúde do Exército, cuja indicação está sendo contestada por movimentos dos direitos humanos. Fayal é acusado de participação em torturas contra presos políticos. A solução, na opinião do senador, deve "ser compatível com o espírito democrático de FHC".

O senador registrou também que



Rocha: partido tem autonomia a Comissão de Assuntos Sociais está ouvindo, ontem e hoje, em audiência pública, representantes das operadoras de planos de saúde, usuários e dos ministérios da Fazenda e Saúde.

PT define candidatos em 2 estados e no DF

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) informou ontem, em discurso, que o Partido dos Trabalhadores definiu seus candidatos aos governos do Distrito Federal, São Paulo e Rio Grande do Sul, em prévias realizadas no último final de semana.

No Distrito Federal, após sete debates entre o senador Lauro Campos e o governador Cristovam Buarque, este foi indicado

à reeleição por 3.196 votantes. Lauro teve 768 votos, sendo que o total de nulos e brancos foi de 113, disse o senador.

No Rio Grande do Sul, Olívio Dutra disputou a prévia com Tarso Genro e venceu por uma diferença de 191 votos num total de 18.975 votantes, dos quais 208 votaram nulo e 25 em branco.

Em São Paulo, Suplicy frisou que os resultados ainda são par-



Suplicy informou resultados

ciais: a deputada Marta Suplicy totaliza, até agora, 14.898 votos favoráveis, para 3.795 obtidos por Roberto Simões, 169 brancos e 243 nulos.

Otoniel despede-se do Senado após dez meses

Depois de exercer o mandato por dez meses, o senador Otoniel Machado (PMDB-GO) despediu-se ontem, para que o titular da cadeira, Iris Rezende, reassuma o mandato.

Otoniel fez um balanço de sua atuação nesses dez meses, dizendo que, como médico, denunciou com estatísticas realistas a crise que atinge a saúde brasileira; exigiu a adoção de ações emergenciais para conter os aspectos negativos da globalização no Brasil; debateu a importância do Mercosul; e elogiou as conquistas educacionais do governo de Fernando Henrique Cardoso.

- Em nenhum momento me omiti diante da conjuntura política. Sempre preguei o apoio do PMDB ao projeto de reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso - disse.

Otoniel Machado também elogiou a atuação de Iris Rezende à frente da pasta da Justiça, observando que ele dinamizou as com-



Otoniel Machado

plexos políticos daquele ministério, avançando na discussão em torno de temas essenciais para o Brasil no século XXI. "Iris Rezende centrou sua atividade na difusão da política nacional de direitos humanos, buscando a proteção a todos aqueles que necessitam da ação do poder público", disse o senador.

Nessa despedida, Otoniel disse esperar que seu retorno seja breve, visto estar convencido de que seu irmão administrará Goiás pela terceira vez, "fato inédito na recente história política do Brasil".

Ele agradeceu a convivência com os senadores, especialmente com o presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães.

Apartearam para elogiar a atuação de Otoniel Machado na Casa os senadores Romeu Tuma (PFL-SP), Bernardo Cabral (PFL-AM), Elcio Alvarares (PFL-ES), Jádier Barbalho (PMDB-PA), Mauro Miranda (PMDB-GO) e Odacir Soares (PTB-RO).

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, LÚDIO COELHO, LEVY DIAS, EDUARDO SUPLICY, RAMEZ TEBET, ROMEU TUMA E CARLOS WILSON